

CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO (Lei nº 10.931/2004, artigo 18 e seguintes) – IMÓVEL RURAL

Documentos necessários:

- ◆ Vias originais da Cédula de Crédito Imobiliário, assinadas pelas partes, devendo constar a assinatura do credor, quando emitida cartularmente.
(Lei nº 10.931/2004, artigo 18 e seguintes c/c artigo 19, X c/c Lei nº 13.986/2020)
- ◆ CCIR/INCRA - Exercício atual, quitado, relativo ao imóvel rural objeto da garantia.
(Lei nº 4.947/1996, artigo 22 c/c Lei nº 10.267/2001, artigo 1º c/c Decreto nº 4.449/2002, artigo 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 510)
- ◆ Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto Territorial Rural – ITR, atualizada, relativo ao imóvel rural objeto da garantia.
(Lei nº 9.393/1996, artigo 21 c/c Lei nº 10.267/2001, artigo 1º c/c Decreto nº 4.449/2002, artigo 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 511)
- ◆ Se o emitente e/ou proprietário do imóvel dado em garantia for pessoa jurídica, apresentar:
 - a) Certidão Simplificada, atualizada em até 30 (trinta) dias, expedida pela Junta Comercial competente.
(Lei nº 10.931/2004, artigo 18 e seguintes c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506 c/c artigo 502, § 2º, II, “d”)
 - b) Fotocópias do Contrato Social e demais alterações contratuais, se houver, inclusive o último arquivamento na Junta Comercial.
(Lei nº 10.931/2004, artigo 18 e seguintes c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506)

CONTINUAÇÃO:

- c) Fotocópias autenticadas dos Instrumentos de Procuração (se for o caso).
(Lei nº 10.931/2004, artigo 18 e seguintes c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506)

Importante ressaltar que, dependendo da análise técnica-jurídica do pedido ou de eventuais alterações legislativas, poderá ser necessária a complementação de documentos. Portanto, a presente listagem servirá como auxílio preliminar da documentação mínima, podendo não ser definitiva.